

## A IDENTIDADE FEMININA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE AS MULHERES DA GRÉCIA ANTIGA<sup>1</sup>

Camila da Silva Condilo<sup>2</sup>.

**Resumo:** Este artigo discute problemas relacionados à constituição de uma identidade feminina na bibliografia sobre as mulheres da Grécia antiga, tendo em vista os avanços teórico-metodológicos no campo das pesquisas sobre história de gênero.

**Palavras-chave:** História de gênero; Identidade; Historiografia.

O presente texto não constitui resultados, sejam conclusivos ou parciais, de uma pesquisa propriamente. Ele constitui apenas algumas *impressões* das leituras iniciais de um projeto que pretendo desenvolver em breve sobre as personagens femininas nas *Histórias* de Heródoto. Nesse sentido, eu gostaria de iniciar minha fala com os versos da letra de uma canção escrita por duas famosas compositoras e intérpretes da música nacional que, a meu ver, servem como um ponto de partida interessante para a idéia que aqui pretendo desenvolver. São eles:

Mexo, remexo na inquisição  
Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão  
Eu sou pau pra toda obra, Deus dá asas à minha cobra  
Minha força não é bruta, não sou freira nem sou puta  
Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é  
bunda  
Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem (...)  
Sou rainha do meu tanque, sou Pagu<sup>3</sup> indignada no palanque  
Fama de porra-louca, tudo bem, minha mãe é Maria ninguém  
Não sou atriz, modelo, dançarina  
Meu buraco é mais em cima (...).

*Pagu*, Rita Lee e Zélia Duncan

Esses versos evocam aspectos do que poderíamos chamar de mulher moderna. É a mulher independente, que trabalha em qualquer tipo de ofício, mas que não perde os

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no 2º Encontro do LEIR/USP: *Da (In)Utilidade do conceito de identidade para a História Antiga*, realizado nos dias 28 e 29 de maio de 2009 no Anfiteatro do Departamento de História da USP.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela USP. Pesquisadora vinculada ao LEIR/USP.

<sup>3</sup> Patrícia Galvão, escritora, jornalista e militante do movimento comunista. Mulher avançada para os padrões do seu tempo, foi uma figura de destaque na época em que viveu (09/06/1910 a 12/12/1962).

detalhes que a caracterizam como mulher, como um batom, um perfume, um gesto, uma expressão... por mais árduo ou culturalmente pouco relacionado à prática feminina que seja o trabalho ou a atividade a se realizar, pois sua força não é bruta. Essa mulher vive sua sexualidade com liberdade, pois não é mais apenas objeto sexual do homem. Mas, ao mesmo passo em que age como louca e que fica indignada no palanque, também gosta e sente feliz como rainha do tanque de lavar roupas.

Características estas unívocas e generalizadas da mulher dos séculos XX e XXI? Não necessariamente. Em pleno século XX e já com todo o movimento de emancipação feminina no mundo, mulheres integrantes de movimentos ultra-conservadores, como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade (pouco antes do golpe de 1964) ou as “Senhoras de Santana” (na década de 1980) no Brasil, por exemplo, reivindicavam ardorosamente a preservação da “moral e dos bons costumes”, que estavam sendo corrompidos pelas mudanças na sociedade do seu ponto de vista<sup>4</sup>.

Ainda em se tratando da imagem da mulher hodierna, a literatura produzida sobre o movimento feminista, por exemplo, também apresenta alguns aspectos em que essa (aparente) contradição é reforçada. Digo contradição porque existe uma grande discussão – que pode ser percebida em termos de militância e produção textual dos integrantes do movimento e daqueles que só estudam o movimento ou a história das mulheres –, em que há uma vertente na qual as mulheres possuem uma preocupação maior com as necessidades imediatas de suas famílias, relacionadas com a melhoria nas suas condições de esposa e mãe, e, por outro lado, um segundo grupo que busca a alteração dessa condição tradicional. No primeiro caso, a condição de pobreza e a busca por melhores condições de vida e educação, muitas vezes associadas às influências marxistas, fizeram com que as mulheres se mobilizassem em prol dessas melhorias, particularmente na América Latina. Já a segunda tendência pode ser caracterizada pela “política pretensamente ruidosa do feminismo”, nas palavras de Joan Scott (1990, p.7).

Novamente, as definições não são estáticas, unas e coerentes, de maneira que ambas as vertentes acabam por se misturar, o que faz dessa nossa divisão didática a princípio um tanto reducionista, pois isto dá margem à outra grande discussão: o debate

---

<sup>4</sup> A Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade consistiu em um movimento conservador, integrado por pessoas da classe média alta, que se organizou em várias manifestações públicas por considerar uma ameaça o governo do então presidente João Goulart e o comunismo. As “Senhoras de Santana” ficaram bastante conhecidas por se manifestarem contra tudo o que vinha contra “a moral e os bons costumes” da época.

entre “essencialistas/diferencialistas”, que argumentam a favor de uma experiência própria do sexo feminino, e os “igualitaristas”, que defendem a igualdade na condição de homens e mulheres<sup>5</sup>. Sem contar com os vários outros aspectos bastante complicados que aparecem para adensar esta já complexa discussão: Se a experiência entre os sexos é diferente, o que é determinante para o feminino? Os aspectos culturais ou biológicos? E como isto se coloca para o transexual feminino, por exemplo? Se essa experiência é igual, então, por que o choque e preconceito por parte da sociedade nesses casos?

Para além da dicotomia mulher-homem sob a qual gira todo esse debate, concordo com Natalie Davis ao afirmar que

(...) nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. (...) Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (DAVIS, 1975 *apud* SCOTT, 1990, p.05).

Nesse sentido, a questão de gênero implica o princípio de que o papel de homens e mulheres na sociedade são construções sociais, isto é, que os comportamentos adequados para homens e mulheres não dependem de fatores biológicos, mas das normas sociais vigentes na sociedade que são impostas para os corpos sexuados.

A palavra “gênero”, na sua acepção mais simples e corrente, é sinônima de sexo, no sentido das categorias masculino/feminino. O termo surgiu, primeiramente, entre feministas norte-americanas na década de 1980, no intuito de legitimar os estudos sobre as mulheres como campo de pesquisa, pois dentro da perspectiva delas o termo teria uma carga mais objetiva e neutra do que “mulheres”, dissociando-a um pouco do movimento feminista. Todavia, o uso dos termos pelas feministas em seus estudos sobre

---

<sup>5</sup> Agradeço imensamente Arlene Martinez Ricoldi, a quem devo todo o conhecimento da literatura sobre gênero fora do âmbito da história antiga. Sempre solícita em ajudar, minha fala até aqui se fundamenta em muitas das conversas que tive com ela. A bibliografia indicada para esta discussão foi: ALVAREZ, S. E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990; MOLYNEAUX, M. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. In: *Feminist Studies*, 1985, 11, nº02, p.227-254; HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres/Edunisc, 2003; ABBOT, P.; WALLACE, C. *An Introduction to Sociology: Feminist Perspectives*. London and New York: Routledge, 1997. No mais, qualquer devaneio ou equívoco aqui presente é de minha total e exclusiva responsabilidade.

as diferenças sexuais fez com que “gênero” fosse entendido (erroneamente) como “estudos sobre as mulheres” apenas.

Posteriormente, a palavra passou a designar uma forma de rejeição ao determinismo biológico muito presente nos estudos sobre as mulheres. Os pesquisadores preocupados com as abordagens demasiado estreitas sobre a questão, na qual os estudos femininos eram deveras centralizados nas mulheres, separadas das relações que elas estabelecem com os homens, introduziram “gênero” como uma maneira de abarcar essa noção relacional, uma vez que tanto o universo masculino quanto o feminino só podem ser compreendidos reciprocamente e não a partir do estudo de cada um deles em separado. Tal forma de pensar seria responsável pela perpetuação do mito no qual a experiência de um sexo não tem nada a ver com o outro.

Além disso, observou Scott que com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero é um categoria de análise útil pois possibilita a distinção da prática sexual dos papéis designados aos homens e mulheres: “O uso de ‘gênero’ põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.” (SCOTT, 1990, p.07).

Tendo em vista esse quadro, gênero, para a autora, consiste em uma relação fundamental entre duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (IDEM, p.14).

A primeira proposição da definição se subdivide em quatro partes que, embora separadas para distinção por ela em sua teorização, são interdependentes entre si. A primeira parte é o conjunto dos símbolos culturais disponíveis que evocam, muitas vezes, representações contraditórias, como Eva e Maria como símbolos de mulher, por exemplo. A segunda parte é constituída por conceitos normativos que limitam as possibilidades de sentido desses símbolos. Tais conceitos estão presentes em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e “tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino.” (IBIDEM, p.14) Já a terceira parte ressalta a questão de que a categoria gênero não pode se reduzir às análises dos sistemas de parentesco como elementos fundantes das instituições e da organização social, mas que existem outros

campos (como a economia e a política) que também operam nesse processo, muitas vezes de forma independente do parentesco. A quarta parte trata da construção da identidade sexuada do indivíduo, a qual deve ser compreendida de maneira historicamente situada.

Na segunda proposição, do gênero como forma primeira de significar as relações de poder, Scott observa que “o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (IBIDEM, p.16), como a organização da agricultura por meio de conceitos de tempo e estação que repousam sobre definições de masculino e feminino, ou no caso da França do século XIX, onde os reformadores burgueses se referiam aos trabalhadores em termos codificados como femininos (subordinados e fracos), enquanto os dirigentes trabalhadores e socialistas referiam-se a si próprios com termos relacionados a códigos como masculinos (produtores, fortes e protetores das mulheres e crianças). Note-se que não há referências explícitas ao gênero nesses casos, mas eles se apropriam e “colocam em jogo certos ‘códigos’ generificados para estabelecer sua significação.” (IBIDEM, p.18)

Assim, podemos perceber que a bibliografia que tem a questão das mulheres como tema principal, a produção teórica sobre esta temática e o universo cultural do qual fazemos parte são bastante ricos no sentido de mostrar que não existe um tipo, mas representações variadas das mulheres em cada espaço-tempo, sendo que muitas vezes essas diversas representações se articulam, apontando uma identidade feminina contraditória, complexa e dinâmica (a mulher no lar, no trabalho, nos contextos de sociabilidade, no exercício de sua sexualidade...). Com tudo isso em mente, chego, finalmente, ao ponto de minha apresentação, pois a leitura da bibliografia sobre o tema no que diz respeito à Grécia antiga tem um elemento que me causou certo incômodo, incômodo este que me levou à reflexão sobre o problema da forma como as personagens femininas aparecem nesses textos, constituindo uma identidade da mulher grega nessa literatura. Por identidade entendo aquilo o que se diz e aquilo que se reconhece como características pertencentes às mulheres daquele período. Vejamos alguns exemplos para melhor expor a questão.

Nicole Loraux observou certa vez que “Do ponto de vista paradigmático dos modelos sociais, (...) a única realização possível para uma mulher é levar sem alarde

uma existência exemplar de esposa e mãe ao lado de um homem que vive sua vida de cidadão. (...)” (1988, p.22). Esse é o tom do seu *Maneiras trágicas de matar uma mulher*, no qual a autora argumenta que a morte de uma mulher só se realiza através da narração, pois uma vez que a “mulher grega vivia sua existência de moça, de esposa e de mãe no lugar mais recôndito da casa; ela também devia partir desta vida de sua casa bem fechada, ao abrigo dos olhos, longe de todo o público. (...)” (IDEM, p.10). Loraux, a meu ver, é um exemplo das leituras mais clássicas do que poderíamos chamar de historiografia tradicional sobre a mulher na Grécia antiga. Mas como ela, muitos são os autores que partilham dessa percepção, dentro dos quais também tenho como referência Eva Cantarella com *Pandora’s daughters* (1993) e Pomeroy, quem declarou que “Como muitas sociedades tradicionais Mediterrâneas, aquela dos gregos era separada em esferas pública e privada, ou esfera doméstica; a primeira era o mundo dos homens, a última era o das mulheres” (1994 *apud* SOURVINOU-INWOOD, 1995, p.02).

No que tange à questão do público e privado relacionados ao problema das relações de gênero, Marta Mega de Andrade nos chama a atenção para o fato de que “perguntar-se sobre os espaços de ação das mulheres na cidade, na vida urbana, na *casa* é colocar uma questão mais complicada do que simplesmente definir sua adscrição ao *privado* ou sua função pública e cívica”, pois

(...) ao mesmo tempo em que construíam para as mulheres situações na *vida pública* em que sua operação independente era crucial para os destinos da comunidade – legitimando assim a possibilidade de reivindicações políticas como as das mulheres da *Lisístrata*, de Aristófanes –, não podemos dizer que, na *vida privada* na qual era vista como mulher, mesmo em sua subordinação aos homens da família, ao marido, mesmo não tendo aparentemente um *lugar próprio*, as mulheres não poderiam ter uma ação independente. Também temos, nos textos literários gregos, vários testemunhos desses *espaços* de independência feminina na esfera do *oikos* (...). (ANDRADE, 2002, p.196-197; grifos da autora).

Tal complicação também fica evidente no contraste entre pinturas e esculturas funerárias do século VI a.C., nas quais predominavam imagens de jovens atletas e guerreiros de guerra, e as do século V a.C., nas quais dominavam as cenas domésticas e femininas. Segundo Osborne, a lei pericleana na qual a maternidade por mãe ateniense também passou a ser um pré-requisito para o usufruto da cidadania, em 451-450 a.C., fez com que a exclusão de mães não atenienses da sociedade política ateniense promovesse uma ênfase em esposas e mães atenienses, trazendo as mulheres aos olhos públicos. Isto porque, desta forma, os homens proclamavam e reivindicavam seu *status*

de cidadãos anunciando que suas esposas e mães se conformavam ao ideal ateniense de mulher e que suas casas eram “um modelo de regularidade doméstica”. “Ao fazer isso a agenda da masculinidade foi alterada, o lar adquiriu um lugar diferente na ideologia ateniense e se o trabalho das mulheres permaneceu inalterado, ele passou a ser visto e tratado.” (OSBORNE, 1997, p.30, 32-33).

Também há uma controvérsia parecida, na qual muitos autores defendem a exclusão feminina no aspecto religioso enquanto estudos recentes tentam fazer uma ressalva a esta perspectiva. Para Detienne, Farnell, Sokolowski, Zaidman etc. (*apud* OSBORNE, 1993), a mulher grega não podia tomar parte nos sacrifícios nem da carne sacrificial. Estabelecendo uma estreita relação entre política e religião, esse ritual de fortalecimento dos laços dos homens com os deuses ganhava uma dimensão política que era determinante, de maneira que as mulheres eram excluídas dele. Contudo, observou Osborne que a política domina nossas fontes e a historiografia moderna, mas não domina a vida como vivida e experimentada e que as relações com os deuses se estendem a todos os seres humanos, de maneira que a mulher também tem seu espaço na ordem cósmica das coisas (OSBORNE, 1993, p.404-405). Ainda sobre este ponto, Sourvinou-Inwood (1995) argumenta que no que tange à religião, as mulheres tinham um papel mais importante na esfera pública do que no *oikos*.

Na religião políade, segundo a autora, a unidade básica não é a casa, mas o indivíduo, de maneira que na vida pública as mulheres exerciam papéis complementares e iguais aos dos homens, enquanto na vida privada elas eram “desiguais e subordinadas ao chefe de família, até mesmo nos assuntos religiosos)” (IDEM). Eis que estamos novamente no problema da participação ou não e do público ou privado.

Assim, na maioria dos textos que discute ou menciona a questão de gênero na antigüidade – senão todos eles – sempre há uma preocupação em afirmar a reclusão, subordinação e exclusão política das mulheres (CANTARELLA, 1993; LORAUX 1988; POMEROY, 1994 *apud* SOURVINOU-INWOOD, 1995; DETIENNE, FARNELL, SOKOLOWSKI, Z Aidman *apud* OSBORNE, 1993) ou em relativizar esta condição, argumentando que se não a entendermos do ponto de vista institucional tal estado de coisas é diferente (ANDRADE, 2002; TRABULSI 2000; OSBORNE 1993, 1997; SOURVINOU-INWOOD, 1995).

Sobre esse ponto, Trabulsi (2000) nos chama a atenção sobre uma questão importante, mostrando que no que diz respeito à historiografia positivista, paradoxalmente, mulheres, estrangeiros e escravos estão mais incluídos do que tudo o que tem sido produzido no século XX.

Na segunda metade do século XX, segundo ele, a percepção da cidade grega foi organizada, de maneira preponderante senão hegemônica, em torno da noção de “exclusão”. A cidade é um negócio de homens adultos, livres e nacionais, excluindo-se todas as outras categorias da população. No próprio momento em que a História se abria a outros domínios, sociologia e antropologia em particular, os helenistas limitaram-se a uma definição estritamente política da cidade, ou seja, aqueles que tinham o direito à participação política. (...)” (IDEM, p.208-209).

Assim, as discussões que tratam do papel da mulher na antigüidade nesses textos e em muitos outros sobre o tema mostram uma mulher abstrata, estática e sem vida, o que torna possível dizer que a identidade feminina na historiografia sobre as mulheres na Grécia antiga ainda é constituída em função da historiografia tradicional, seja para afirmá-la ou relativizá-la. Isto porque a experiência feminina e o papel social das mulheres na sociedade grega antiga se definem apenas pela questão da reclusão e participação ou não nas questões políticas, enquanto nossa experiência como seres sociais e as inovações teórico-metodológicas que vêm ocorrendo no campo das ciências humanas e sociais apontam para a possibilidade de uma experiência social mais rica, dinâmica, complexa e viva para as mulheres daquela sociedade. Particularmente, penso que esse olhar mais abrangente sobre o problema possa trazer uma visão mais rica não somente sobre a questão das mulheres na antigüidade, mas também e principalmente, talvez possa descortinar uma perspectiva diferente da nossa compreensão sobre muitos aspectos da realidade da sociedade grega antiga.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDRADE, M. M. de. *A vida comum*. Espaço, cotidiano e cidade na Atenas clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CANTARELLA, E. *Pandora's daughters: The role & status of women in Greek & Roman antiquity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- LORAU, N. *Maneiras trágicas de matar uma mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.



OSBORNE, R. Law, the democratic citizen and the representation of women in Classical Athens. In: *Past and Present*, 1997, n° 155, p.3-33.

\_\_\_\_\_. Women and sacrifice in Classical Greece. In: *The Classical Quarterly*, New Series, 1993, vol.43, n° 02, p.392-405.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*, Porto Alegre, 1990, vol.16, n° 02, p.5-22.

SOURVINOU-INWOOD, C. Male and female, public and private, ancient and modern. In: REEDER, E. *Pandora*. Princeton: Princeton Univeristy Press, 1995, p.111-120.

TRABULSI, J. A. D. Uma cidade da “Inclusão”: Mulheres, estrangeiros e escravos na cidade grega positivista. In: *Phoênix*, Rio de Janeiro, 2000, n° 06, p.197-206.